

SXC.HU

Pecuária Sustentável

A pecuária globalizada

As projeções de consumo mundial para as próximas décadas destacam a importância da proteína animal diante de uma população em crescimento com maior renda. Paralelamente, a pressão de uso sobre os recursos naturais, como terra e água, fica cada vez maior. Nesse contexto, a pecuária, pela sua magnitude territorial e econômica, integra os temas transversais associados às mudanças climáticas e à preservação da biodiversidade.

Apesar de gerar emprego e renda nos quatro cantos do planeta, a pecuária de corte é submetida aos crivos das críticas da sua baixa contribuição do ponto de vista social e econômico, em razão da significativa quantidade e qualidade dos recursos naturais empregados. Essa reação faz sentido e tem lógica, principalmente face ao sistema extensivo de produção empregado em grande parte das zonas de criação.

A partir basicamente da década passada, como as mudanças climáticas e o aquecimento global entraram na agenda dos grandes assuntos de ordem mundial, apareceram novas colocações. A crescente preocupação com o aquecimento global estimulou os estudos sobre as fontes de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). De acordo com estudo da FAO, de 2006, a pecuária bovina comercial contribui com aproximadamente 11% das emissões globais causa-

Participação da Pecuária
• 26% das terras aráveis para pastagens;
• 35% das terras aráveis para a produção de rações;
• 56% da produção de biomassa;
• 8% da água doce;
• 13% da energia e 25% da proteína na dieta humana;
• 1,5% do PIB mundial;
• Subsistência de 1,0 bilhão de pessoas;
• Parte das emissões antropogênicas de GEE.

Fonte: FAO

das pela ação do homem. Os gases emitidos pela criação são, principalmente, o metano (CH4), gerado pela fermentação entérica e pelas fezes do animal, e o óxido nitroso (N2O), proveniente das fezes.

Atrás somente do desmatamento, com os sistemas extensivos predominantes na pecuária brasileira, a atividade é considerada a segunda principal emissora de GEE. Os números apontados não são consensuais devido ao uso de metodologias diferenciadas. Uma das opiniões convergentes para mitigar os impactos ambientais consiste na intensificação da produção através da melhoria da qualidade do alimento fornecido aos animais.

A agricultura brasileira é apontada como palco de inovações de práticas adequadas à sua realidade tropical. A domesticação do Cerrado é celebrada como a primeira grande conquista. O sistema de plantio direto na palha recuperou e deu vida aos solos, com a possibilidade de mais plantio. O casamento da brachiária com o zebu possibilitou a interiorização da pecuária. Mais recentemente, de forma muito promissora, aparece a integração entre lavoura, pecuária e floresta, apoiada pelo Programa da Agricultura de Baixo Carbono (ABC).

Capacidade da produção no Brasil

De acordo com os números apurados em 2008, as atividades agropecuárias envolvem 330 milhões de hectares, cerca de 39% do território brasileiro. Com 172 milhões de hectares, a pecuária supera mais da metade desta área.

A tendência é de avanço nos índices zootécnicos na bovinocultura nacional. A pequena capacidade de apascentamento das pastagens (em torno de um gado por hectare), junto à adoção das técnicas de manejo, está sendo cada vez mais aprimorada. A taxa média de desfrute (número de animais abatidos em relação ao tamanho do rebanho), que ainda é muito baixa e inferior a 20%, também deve crescer.

Por sua vez, os níveis de preservação dos seus biomas também podem ser mantidos: **Amazônia (85%), Caatinga (53,6%), Cerrado (51,5%), Mata Atlântica (27%), Pampa (41,3%) e Pantanal (86,7%).**

Brasil: Ocupação das áreas

Áreas	Participação
1. Preservadas	61,3%
2. Privadas	38,7%
2.1. Agropecuária	27,7%
2.2. Protegidas	11.0%

Fonte: Embrapa

Dessa maneira, estima-se que de 70 a 85 milhões de hectares de pastos serão liberados para a:

• regularização de passivos ambientais, com recomposição e restauração de áreas degradadas, a depender do formato final do Código Florestal, projetadas entre 35 e 40 milhões hectares;

• constituição de unidades de conservação;

• expansão projetada para a produção agrícola, incluindo grãos, agroenergia, agricultura familiar e florestas cultivadas, estimada em 20 milhões de hectares;

• planos de expansão da matriz florestal, com incorporação de novas espécies, como seringueiras, castanheiras e outras variedades.

O projeto engloba os sistemas de bacias hidrográficas, com a conexão fazendo-se entre matas e mananciais. Embora em fase embrionária, tem como objetivo conter o processo de esgotamento dos recursos hídricos em função das queimadas e derrubadas das florestas.

Mercado mundial de carne bovina

A produção de carne bovina, neste ano, está praticamente no mesmo patamar em relação à de 2011. O fraco desempenho da economia mundial, em particular nos países em desenvolvimento, não estimula investimentos para ampliação do rebanho e aumento da produtividade. A situação é de grande incerteza, com forte pressão nos custos de produção, derivada dos problemas climáticos nos Estados Unidos e no leste europeu. O repasse aos preços finais chega ao varejo e esfria o ânimo de consumo.

A especulação sobre a intensidade de liquidação de rebanho em diversos países do mundo ganha força. A indústria global de carnes acompanha de perto o desdobramento nos preços para 2013 e 2014, com base na oscilação na produção de carne bovina da União Europeia. Como a oferta de gado no bloco tem sido restrita, em níveis próximos aos registrados durante os períodos de epidemias de doenças, os preços batem recordes e devem continuar em alta. Lá, os custos para a alimentação dos animais retornaram aos níveis recordes de 2008.

O início da alta nos preços da pecuária europeia começou no final de 2011, com valores acima de US$ 5 para o quilo de novilho. A abertura do mercado da Turquia para a carne bovina da UE resultou em aumentos nas exportações, diante da baixa disponibilidade global de carne bovina. A sobra interna ficou bem apertada.

As exportações devem atingir volumes máximos impulsionados pela Índia, Colômbia, Austrália e Nova Zelândia. As importações por parte da Venezuela, Rússia e Estados Unidos aumentam devido basicamente à demanda mais forte não satisfeita pelas ofertas domésticas.

Mundo: Balanço de oferta e demanda de carne bovina (milhões de t)							
Item	2007	2008	2009	2010	2011 (1)	2012 (2)	(1)/(2)%
Produção	58.438	58.382	57.182	57.117	56.888	57.001	0,2
Consumo	57.885	57.705	56.451	56.217	55.698	55.620	- 0,1
Exportação	7.679	7.651	7.509	7.866	8.155	8.728	7,0
Importação	7.199	7.008	6.841	6.915	6.990	7.350	- 2,3

Fonte: USDA – abril de 2012

Liderança indiana nas exportações

Mesmo levando em conta somente a carne de búfalo congelada, cujo rebanho representa um terço do total de seus rebanhos, a Índia passa a ser o maior exportador de carne bovina em 2012. Em função de sua adaptabilidade climática e do teor de gordura no seu leite, os búfalos são usados para a produção de leite. A lei federal no país proíbe o abate de animais (machos e fêmeas de bovinos e búfalos) destinados para a produção de leite. O abate é restrito para os machos e fêmeas não produtivos.

Os destinos das exportações indianas são, principalmente, o Oriente Médio, norte da África e sudeste da Ásia, que também recebem carne brasileira. Produzidas de acordo com o padrão *halal*, as carnes de búfalo recebem preços menores, embora sejam magras e possuam características interessantes para os frigoríficos.

A demanda doméstica está limitada pela deficiência apresentada pela cadeia de frios, nos equipamentos para congelamento e armazenagem. Existe também a concorrência de outros produtos proteicos oriundos da indústria de laticínios e avícola.

Recuo na produção dos EUA

Em função da alta taxa de abate de fêmeas nas últimas temporadas, os Estados Unidos devem registrar, em 2012, o menor rebanho dos últimos cinquenta anos, 90,7 milhões de cabeças. A queda é de 2% na comparação com 2011, segundo o Departamento de Agricultura Norte-americano (USDA).

No primeiro semestre deste ano, a oferta de carne bovina nos Estados Unidos recuou para 536,7 mil toneladas equivalente carcaça (tec), resultado 11,4% menor em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram produzidas 605,06 mil tec. O tamanho da redução ganha dimensão maior na comparação entre o primeiro semestre de 2011 e 2012, quando houve um incremento de 25% na oferta da proteína animal.

A forte seca registrada no país e a escalada dos preços do milho e do farelo de soja garantem os abates e sustentam a oferta de carne bovina. A questão é se, diante da redução no rebanho bovino, os Estados Unidos terão condições de garantir os negócios, inclusive nas regiões onde o Brasil também atua, como Rússia e Oriente Médio.

Atenção na virada do ciclo

Com a retomada de alta nos preços internos na pecuária a partir de 2007, os analistas começaram a apostar no movimento de retenção de matrizes. Nada mais certo depois da grande taxa de abate verificada ao longo de 2002 e 2006, quando os preços reais chegaram ao fundo do poço. Agora, chega o momento da indagação sobre a disponibilidade mais folgada de animais para abate. A crise de 2008 pegou o setor frigorífico bem alavancado em investimentos para aumentar a capacidade de produção. Veio a enxurrada de pedidos de recuperação judicial, o recuo das exportações e a venda forçada de animais para honrar compromissos. Então, como a virada de ciclo não aconteceu como se esperava, o cenário de preços pode se modificar.

A demanda é o *drive* poderoso para comandar os preços na pecuária. Externamente, assistimos a uma mudança na clientela entre os compradores tradicionais da carne brasileira, principalmente com a recaída dos dois grandes maiores, formados pela Rússia e a União Europeia. A recuperação desses mercados fica difícil com crise abatida sobre a região do euro. Do lado interno, os esforços para dar liquidez e juros baixos não conseguem dar força suficiente para o crescimento do PIB.

As expectativas iniciais eram de aumento no confinamento. A Associação Nacional dos Confinadores (Assocon) e o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária, por exemplo, trabalhavam com taxas de crescimento próximas a 12% em relação

a 2011, quando a quantidade de animais engordados dentro do sistema, segundo a Assocon, foi de 3.360 mil, estando entre os principais estados: 1.004 mil em Goiás, 886 mil no Mato Grosso, 538 mil em São Paulo, 342 mil no Mato Grosso do Sul e 309 mil em Minas Gerais. Com a seca dos Estados Unidos e no sul do Brasil provocando aumento nos preços de milho e soja, os pecuaristas passaram a reavaliar os seus investimentos. Certamente, os números serão revistos mais para baixo.

Em relação aos últimos anos, o ano de 2012 até pode ser considerado o mais previsível. Depois da crise financeira de 2008, os embargos da UE, as suspensões de compras pela Rússia, as fusões e incorporações entre os frigoríficos, não se pode considerar errado chamá-lo de um momento passageiro de trégua. Mas, os embates virão, diante dos investimentos realizados na produção pecuária e do aumento da competividade da cadeia produtiva.

Brasil: Balanço de oferta e demanda de bovinos

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Rebanho (1.000 cabeças)	199.752	202.306	205.260	209.541	213.731	218.006
Produção (1.000 t equiv. carcaça)	10.083,9	8.834,6	8.474,1	8.782,5	8.448,2	8.465,0
Importação (1.000 t equiv. carcaça)	31,1	30,0	39,3	37,8	41,4	41,4
Exportação (1.000 t equiv. carcaça)	2.285,0	1.919,5	1.633,7	1.633,7	1.425,00	1.425
Disponibilidade interna (1.000 t equiv. carcaça)	7.830,0	6.945,1	7.186,6	7.186,6	7.065,00	7.081
População (milhões de habitantes)	187,64	189,61	193,25	193,90	194,9	197
Disponibilidade *per capita* (kg/hab./ano)	41,7	36,7	35,6	37,2	36,2	36

Fonte: Conab, ABIEC, IBGE, CNPC

Produção certificada

O contexto da pecuária brasileira é de integração da cadeia produtiva. Para os próximos anos, o cenário de crescimento é positivo, mas o maior uso de tecnologia e gestão constitui o grande desafio. No Brasil, o ano tem sido regular para o criador, depois da alta de preço verificada em 2011. A economia mostra fraco crescimento no PIB. Apesar da alta taxa de ociosidade, beneficiados com a valorização do dólar, os frigoríficos melhoraram o desempenho no comércio externo de carne.

O futuro do agronegócio, inclusive na pecuária, está na produção sustentável de maior qualidade. Diante da ascendente demanda dos países desenvolvidos por produtos com certificação nas redes, o Brasil defronta-se com o desafio de gerar produtos de tais padrões no mercado mundial.

A oferta é crescente para gêneros alimentícios frescos, em apresentações apropriadas nas redes varejistas. Os gastos com a alimentação fora de casa são crescentes, assim como os investimentos em alimentos certificados. Propriedades com práticas de desmatamentos e queimadas enfrentarão dificuldades para vender as suas produções, não só por questões legais, mas também comerciais. A reeducação do consumo de carne da população sofrerá influência da forma sustentável com que os rebanhos são criados, com apresentações de certificações.

Sem marcas até alguns anos atrás, a carne brasileira certificada ganha espaço no mercado, principalmente quando voltada para a exportação. Enquanto os países emergentes aumentam o consumo do produto, independente da exigência de padrões de qualidade; nos países desenvolvidos, os consumidores preferem pagar com prêmio os itens de procedência conhecida. O produtor terá de decidir o modelo de produção a ser seguido.

Comportamento das exportações brasileiras

Os grandes importadores de carne bovina são os Estados Unidos, Rússia, Japão, União Europeia e Oriente Médio (Irã e Egito). No primeiro semestre de 2012, o Brasil exportou 557.395,58 toneladas de carne bovina, um crescimento de 2,5% em relação ao mesmo período de 2011. Também o faturamento aumentou em 1,8%, com US$ 2,64 bilhões. Os números são da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec). Com os preços mantidos em patamares altos, a expectativa é atingir US$ 6 bilhões nas exportações de 2012.

Quando se analisa os principais mercados de exportação, a começar pelo Oriente Médio, tem-se o Irã, que após superar problemas políticos, voltou a comprar em grandes volumes. Já para o Egito, passada a Primavera Árabe, as vendas cres-

cem em faturamento e em volume, estimuladas pela mudança da classificação de risco do Brasil para a doença da vaca louca, que permitirá comercializar produtos industrializados, de maior valor agregado.

Para a Rússia, a expectativa é positiva, com o aumento no número de plantas brasileiras habilitadas a exportar para o país. A visita de uma missão russa no dia 22 de julho, contribuiu para a evolução comercial entre os dois países.

O embargo imposto pelos EUA aos frigoríficos brasileiros em razão da detecção de níveis de ivermectina fora do padrão foi suspenso em janeiro de 2011. Entretanto, a retomada das compras começou a ganhar impulso somente em meados do ano. As indústrias redobraram os cuidados no uso de vermífugo no rebanho bovino. Um dos pontos favoráveis para o Brasil está na dificuldade dos EUA para encontrar outro fornecedor de peças processadas.

As boas surpresas estão nas exportações de carne bovina para o Chile, com crescimentos impressionantes, embora ainda seja um mercado com grande potencial de crescimento. A aposta das vendas para o mercado asiático puxado por Hong Kong continua bem firme.

A taxa de câmbio do dólar em patamar superior a R$ 2 oferece maior competitividade no mercado internacional. E, assim, com a desvalorização do real, a oferta da carne bovina nacional fica mais barata. Desde meados de 2010, o valor da arroba do boi estava acima de US$ 50. Essa é uma das variáveis decisivas para as vendas externas. O contexto econômico influencia o fluxo dos negócios da pecuária. No caso da Europa, o cenário interno não proporciona o deslanche das importações. Nos Estados Unidos, a redução do rebanho, a menor produção e as margens negativas enfrentadas pelo setor não estimulam a atividade.

Status sanitário

A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE, sigla em inglês) classificou o Brasil como região de risco insignificante em relação à doença da vaca louca (encefalopatia espongiforme bovina – EEB). Isso possibilitará a retomada das exportações para países com medidas restritivas à compra de produtos brasileiros.

Desde 2001, o País adota medidas para mitigar o risco de entrada dessa doença, sendo que há apenas dezenove países detentores desse status sanitário. O caminho, assim, fica aberto para a venda de tripas para a União Européia, de carnes para o Egito e a Tunísia, por exemplo, além das negociações de animais vivos para países com o mesmo status na América do Sul, como Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai.

O preço médio da tonelada exportada no período de janeiro a setembro continua firme em 2012

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
2.204	2.504	2.589	3.890	3.159	3.891	5.052	4.747

Fonte: MDIC

Brasil: Exportação de carne bovina (US$ bilhões)

Ano	*In natura*	Industrializada	Outras	Total
2000	503	252	58	**814**
2001	739	252	58	**1.049**
2002	776	299	69	**1.144**
2003	2.255	338	97	**1.590**
2004	2.963	447	115	**2.525**
2005	2.429	525	116	**3.060**
2006	3.135	654	135	**3.923**
2007	3.486	694	245	**4.425**
2008	4.088	853	406	**5.325**
2009	3.022	649	465	**4.118**
2010	3.859	521	434	**4.814**
2011	4.167	643	566	**5.376**

Fonte: SECEX

Brasil: Exportação de carne *in natura* para UE e Rússia (US$ milhões)

	UE	Rússia
2000	512	0
2001	501	2
2002	529	46
2003	727	103
2004	1.025	248
2005	1.158	573
2006	1.417	855
2007	1.430	1000
2008	787	1474
2009	637	953
2010	713	1.022
2011	435	1.013

Fonte: SECEX

Negociações com a União Europeia

A União Europeia foi o principal mercado para a carne brasileira até meados da década passada, mas a descoberta de casos de aftosa e medidas restritivas ao produto fizeram as vendas ao bloco despencarem.

Lista Trace

No começo deste ano, o Ministério da Agricultura voltou a publicar a relação de fazendas autorizadas a fornecer bovinos para abate e venda de carne *in natura* para a União Europeia (UE).

Essa mudança ajuda a melhorar o perfil das exportações. Existem cerca 29 mil fazendas cadastradas no sistema Eras (Estabelecimentos Rurais Autorizados), no Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos. No entanto, apenas 1.948 fazendas estavam credenciadas a vender carne para o bloco. Com a mudança no processo de gestão, mais 27 mil propriedades ficarão aptas a fornecer carne bovina para atender o mercado europeu.

A Lista foi criada em 2008, após embargo imposto pelos europeus à carne bovina brasileira, em razão de problemas no sistema de rastreabilidade de carne bovina e bubalinos (Sisbov). A UE passou a exigir que, após a vistoria em cada propriedade, os nomes das fazendas e de seus proprietários fossem publicados no site da DG Sanco.

Essa conquista demonstra o reconhecimento dos avanços no País, com maior grau de confiança para as ações de cooperação. Um dos próximos passos será derrubar a aplicação de medidas de saúde animal para a carne desossada maturada, que não é considerada veículo de transmissão do vírus da febre aftosa.

Cota Hilton e aditivos

Segundo a Abiec, entre 2007 e 2011, o Brasil deixou de ganhar cerca de US$ 250 milhões por não obter os benefícios da venda dentro da chamada cota Hilton. O produto vendido fora da cota paga tarifa de importação de 3 mil euros por tonelada.

Os problemas relacionados à cota Hilton – que inclui cortes especiais cujos preços atingem valores mais elevados no mercado internacional – já levaram o Brasil a avaliar, no início de 2010, a abertura de um contencioso na OMC. Após a sinalização dessa medida, o Brasil foi chamado para renegociar a questão e apresentou proposta, com o estabelecimento de novas regras, como a inclusão de carnes de animais terminados em confinamento.

As regras atuais para a cota Hilton preveem apenas a carne brasileira advinda de animais criados exclusivamente a pasto. Mas, a maior parte da produção brasileira migrou para o Centro-Oeste do País, onde a estiagem nos meses de inverno leva produtores a alimentar os animais com ração e suplementos.

Os exportadores brasileiros negociam a flexibilidade das exigências da UE, que dificultam muito o cumprimento das vendas de 10 mil toneladas de carne permitidas pela cota, de modo a garantir melhor remuneração para o produto exportado.

Comércio de gado vivo

No primeiro semestre deste ano, o Brasil exportou 246 mil bovinos vivos. A quantidade significa um incremento de 29% em relação ao mesmo período de 2011.

Em 2011, em razão da desvalorização do bolívar e outros motivos políticos, a Venezuela, responsável por mais de 80% das compras, reduziu as suas importações. O resultado foi uma queda acentuada de 38% nas exportações nacionais.

Outros destinos importantes de bovinos vivos são o Líbano, Turquia e Jordânia, países do Oriente Médio, para onde os abates de animais seguem regras religiosas.

Do total embarcado, o Pará enviou 318 mil bovinos, mais de 90% dos animais vendidos no exterior. As empresas paraenses construíram treze Estabelecimentos de Pré-Embarque (EPEs), para alojar os animais até a liberação das suas guias de exportação.

No começo deste ano, a Associação Brasileira dos Frigoríficos (Abrafrigo), a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) e a União Nacional da Indústria e Empresas de Carne (Uniec), em 31 de janeiro, encaminharam ofício para a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O documento alegava que a exportação de gado em pé para outros países representa um retrocesso para o Brasil.

Brasil: Exportação de boi em pé

	Quantidade	Valor (US$)
2004	10	3.856
2005	110	35.392
2006	244	244.963
2007	431	431.837
2008	398	398.841
2009	518	518.193
2010	642	642.735
2011	401	642.735

Fonte: SECEX

A CAMEX negou a solicitação do setor. As exportações de bovinos vivos representam menos de 1% do abate nacional fiscalizado e inspecionado pelo Mapa. No estado do Pará, esta taxa corresponde a 20%.

Para este ano, a exportação de gado em pé do Brasil deve crescer 12,5% e atingir 450 mil cabeças até o final do ano. A projeção da Associação Brasileira de Exportadores de Gado em Pé (Abeg).

Brigada de Incêndio

Em 2009, a Aliança da Terra criou e treinou uma equipe de combate a incêndio florestal, atualmente composta por oito brigadistas, com o suporte do Corpo de Bombeiros do Estado do Mato Grosso; do Programa Internacional do Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) – os *smokejumpers* –; e da rede de proprietários rurais do Cadastro de Compromisso Socioambiental (CCS).

Inimigo comum do produtor rural, do ambientalista e das comunidades tradicionais, o fogo pode ser considerado a força mais destrutiva na Amazônia e um enorme obstáculo para a criação de mercados de carbono e REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal).

Os esforços anteriores, focados na pesquisa e no monitoramento, apesar de louváveis, falharam no quesito de preparação e treinamento dos indivíduos. Fortalecida pelo conhecimento, com o apoio de cientistas e dos homens da fronteira, a Aliança da Terra leva para o campo um modelo replicável de controle de incêndios florestais para toda a região amazônica, para os 2.000 assentamentos rurais da Amazônia.

Até setembro de 2012, as equipes apagaram, com sucesso, mais de 110 focos, e houve 1.600 horas de combate a incêndios: 900 em propriedades privadas, 400 em assentamentos de Reforma Agrária e 300 em Áreas Protegidas. Ao todo, vinte e sete fazendas, quatro assentamentos e um parque estadual foram protegidos; cerca de 155.000 hectares de floresta salvos, correspondente a 100 milhões de toneladas de redução direta das emissões de CO2.

Processo de carnes

Para desenvolver a cadeia da carne bovina, em 2005, o Grupo Pão de Açúcar desenvolveu um novo modelo de produção e comercialização de carne, através do cruzamento entre as raças Rubia Gallega (de origem espanhola) e Nelore (tradicional no Brasil), dando origem à carne da marca exclusiva do GPA, a Taeq. Em 2011, o Programa foi estendido para outras carnes: suínos, aves e peixes.

As fazendas devem produzir bovinos com controle genético de raças e de qualidade, para estimular a cadeia produtiva a incorporar modelos de responsabilidade saudáveis para o homem, os animais e o meio ambiente. Após o desmame, o gado fica de dois a doze meses em fase de recria, com alimentos balanceados e ideais para o desenvolvimento dos animais. A formação do pasto é feita sem a retirada de árvores, com a substituição do capim nativo pela espécie doméstica. As suas escolas tratam de questões relativas aos cuidados com o meio ambiente, reciclagem e arborização.

Os fazendeiros assumem compromissos com relação ao desenvolvimento das comunidades locais, como o Programa Tecendo Redes Sustentáveis (Tear), do Instituto Ethos, cujo objetivo é melhorar a sustentabilidade das pequenas e médias empresas (PMEs) e ampliar suas oportunidades de mercado.

O prêmio pela apresentação de relatórios socioambientais pode chegar a até 7% do preço pago pelo novilho macho, sendo 3% referentes à eficiência (a carne produzida num mesmo espaço e período), 3% de fidelidade e 1% pela entrega do relatório socioambiental.

A indústria funciona como "uma linha de desmontagem", com o boi dividido em vinte e seis cortes. Para produzir 180 quilos de carne, enquanto a idade média de abate do gado é de trinta e seis meses no Brasil, no Grupo Pão de Açúcar é de dezesseis meses. O impacto é menor na geração de lixo e resíduos, pois o gado mais magro produz menos sebo e pele. As trinta fazendas que participam do programa representam 5% da carne comercializada pela rede.

Intensificação da pecuária

Arnaldo Carneiro Filho*

Não há mais dúvidas quanto ao dinâmico e irreversível movimento de intensificação da pecuária. Verdadeiro "*hit* rural", esse importante processo de modernização da atividade vem assumindo um ritmo cada vez mais acelerado. Além de bem-vindo, este processo gera consequências bastante positivas se considerarmos o momento agrícola atual.

O incremento da demanda por alimentos, interna e externa, mesmo que associado a uma forte inserção tecnológica na agricultura como um todo, gera uma necessidade de expandir a produção e, com ela, um possível reaquecimento da fronteira agrícola. Alguns estudiosos do assunto já argumentam que a incorporação de novas tecnologias em si já permitiria um uso mais eficiente dessas terras,

inibindo assim o constante avanço da fronteira do desmatamento.

O ganho tecnológico anual da agricultura não dá conta sozinho de compensar e manter uma lógica "poupa terra" e/ou "poupa recursos naturais". Precisamos, com urgência, promover uma acurada e permanente radiografia da situação do uso do solo, na perspectiva de identificarmos onde e como a intensificação da pecuária tem viabilidade econômica. As aptidões físico-climáticas, condições logísticas, posição dos frigoríficos, custo de produção são alguns dos elementos dessa complicada matriz de decisão.

Utilizar toda a nossa inteligência territorial, através das modernas geotecnologias e da excelência dos nossos pesquisadores, é absolutamente indispensável, para cumprir essa tarefa, otimizando vocações regionais e reduzindo o nosso grande inimigo, o chamado "Custo Brasil". Esse é um dos tantos desafios do NIT (Núcleo de Inteligência Territorial), recentemente criado no Ministério da Agricultura. Crédito bem endereçado no território e associado à transferência tecnológica é o instrumento indispensável para esta transformação da pecuária que nos permitirá conciliar produção agrícola com conservação de recursos naturais. Esse é o nosso desafio maior, e a pecuária e sua intensificação são elementos estratégicos nesse processo.

* Diretor de programada da Subsecretaria de Desenvolvimento Sustentável

Capacitação e gestão

Rodrigo Paniago*

Qualquer indivíduo que se dedique a estudar a bovinocultura brasileira poderá observar que ela, historicamente, caminhou na direção da modernização, da conquista da eficiência, do uso do solo e do desempenho animal. Aqueles que estudarem as tecnologias agrozootécnicas disponíveis para a pecuária descobrirão que o caminho foi percorrido em velocidade de passo, quando o potencial seria de trote e galope. O País investiu na produção de novas tecnologias, mas não conquistou o mesmo sucesso na adoção do conhecimento pelos produtores rurais.

Independente da conjuntura econômica e das condições edafoclimáticas regionais, a tecnologia, seja nova ou antiga, nem sempre pode ser utilizada por todos os pecuaristas: cada produtor encontra-se em determinada fase de evolução do sistema de produção escolhido.

São comuns os casos do incremento da tecnologia ocorrer de forma equivocada. O resultado é de frustação. O empreendedor rural, muitas vezes, não compreende que a falha ocorrida está na escolha da tecnologia e no momento de utilização desta.

Com base no discurso "por um bom planejamento estratégico", as prioridades de investimento tecnológico por parte de cada produtor devem ser pautadas tanto por questões regionais, como financeiras. O pecuarista ou o gerente de fazenda, em geral, conhecem bem a situação financeira da propriedade, porém ainda são, tradicionalmente, muito tímidos no uso dos conhecimentos disponíveis para a gestão do negócio pecuário.

É comum encontrarmos propriedades pecuárias – mesmo com patrimônio elevado – com contabilidade deficitária, cujos fatores de produção não recebem qualquer tipo de controle. Com essa gestão, não há possibilidade de realizar análises bem fundamentadas em termos de eficiência, com avaliação do impacto econômico de uma nova tecnologia a ser adotada.

A necessidade de capacitar melhor os gestores de pecuária é partilhada por diferentes atores da cadeia. Cada vez mais, temos profissionais investindo e desenvolvendo treinamento na transferência de técnicas de gestão de propriedades rurais. Contudo, essas ações ainda são incipientes, frente ao número de gestores não capacitados existente no setor.

Essa situação precisa ser revertida, com o aumento da adoção de tecnologias sustentáveis na pecuária. Para isso, é de fundamental importância o envolvimento intensivo do setor público e privado, na formação de um maior número de profissionais de Ciências Agrárias, com conhecimento em gestão de propriedades rurais. Eles serão os multiplicadores e disseminadores dos conhecimentos dessas técnicas.

* Engenheiro agrônomo, presidente da Associação dos Profissionais de Pecuária Sustentável - APPS

Interação da cadeia produtiva

Eduardo Bastos*

Eficiente e competitiva, de importância na economia brasileira, a pecuária está em franca evolução, mas precisa desenvolver-se ainda mais. Mas, o desafio para aumentar a capacidade produtiva da atividade está lançado. Com isso, tornou-se preponderante que, no processo de gestão da cadeia, todas as partes envolvidas atuem em sintonia.

É necessário aumentar o suporte das propriedades, para aumentar o número de animais por hectare, reduzir o espaço necessário e otimizar a produção. Nesse contexto, cabe buscar soluções mais eficientes para todos. Pensando nisso, o Grupo de Trabalho Pecuária Sustentável (GTPS) debate e formula princípios, padrões e práticas comuns a serem adotados pelo setor. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento de uma pecuária sustentável, socialmente justa, ambientalmente correta e economicamente viável.

O GTPS é composto por membros dos elos da cadeia produtiva: produtores, indústria, varejo, bancos, seguradoras, sociedade civil, pesquisa e extensão, dentre outros. Todos têm

compromisso com o desmatamento zero, por meio da criação de condições e formas de compensação para viabilizá-lo.

Estamos focados na gestão da pecuária sustentável, na busca da melhoria contínua e na mudança dos paradigmas de produção. As iniciativas passam por melhorar a gestão da propriedade, com aplicação de boas práticas de produção, recuperação de pastagens degradadas, responsabilidade compartilhada e bom relacionamento entre os elos.

Esses fatores possuem relação direta com o aumento da produtividade, melhoramento genético e capacitação de mão de obra. Por isso, são desenvolvidas ferramentas para o monitoramento, rastreamento e financiamento da produção, para a promoção da sustentabilidade da atividade.

Dessa maneira, o GTPS pavimenta o caminho para a sustentabilidade econômica, social e ambiental da pecuária brasileira, dando a cada um desses aspectos a mesma importância.

* Engenheiro Agrônomo, presidente do Grupo de Trabalho Pecuária Sustentável

Plano Nacional Pecuário

Mendes Ribeiro Filho*

Os olhos do mundo estão voltados para o Brasil. E não é por acaso. Somos o quinto maior produtor mundial, com domínio da tecnologia da agricultura tropical para produção de grãos, e líder na produção de energias renováveis, como biocombustíveis.

A pecuária utiliza quase um quinto do território nacional para sustentar o maior rebanho industrial de bovinos do planeta, com mais de cinquenta raças, de aproximadamente 210 milhões de cabeças. O Brasil é um grande produtor e exportador de carnes, em condições de ser também um forte concorrente no fornecimento de leite e produtos lácteos no abastecimento mundial.

No entanto, urge implementar ações para que a competitividade da pecuária brasileira não seja reduzida de maneira a prejudicar o interesse nacional duramente conquistado às custas de muito trabalho, pesquisa e dedicação.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento deve criar um Grupo de Trabalho para analisar e avaliar estudos prospectivos sobre os diversos cenários, para lançar um Plano Nacional Pecuário para os próximos quarenta anos. Busca-se, com parcerias entre instituições de pesquisa, de representação dos setores envolvidos e das universidades, o recebimento de propostas. Tudo será previamente discutido e aprovado por todos os elos da cadeia produtiva.

Viver o presente com um pé no futuro. É apropriado acolher temas polêmicos, como a relação indústria-produtor, sempre em busca de experiências bem sucedidas. Serve de exemplo o caso do nosso vizinho e parceiro Uruguai, onde os pecuaristas e as indústrias de transformação mostram um entendimento amistoso, profícuo e integrado. O objetivo é construir um modelo exequível, que venha resultar numa negociação mais producente entre as partes, mirando um futuro de relações comerciais em que haja uma fidelização entre produtores e indústrias, e, assim, todos os agentes podem sair ganhando.

Para isso, ferramentas com novas tecnologias, boas práticas agropecuárias, modelos modernos de gestão com foco na sustentabilidade, melhoramento genético, classificação e tipificação de carcaça, manutenção de matrizes, aumento do desfrute, entre tantas outras ações, irão compor o referido Plano. Os diversos agentes, produtores, indústrias, pesquisadores e o Governo deverão utilizar-se de práticas, com o objetivo de melhorar a qualidade dos produtos, tornando mais eficientes os processos produtivos e aumentando suas rendas. Não só ganhará a indústria, que passará a dispor de uma matéria-prima de excelência; todos ganharão, sobretudo os consumidores, que terão à mesa produtos da mais alta qualidade a preços acessíveis. Tudo isso sem falar no acesso a mercados cada vez mais exigentes e protecionistas.

É fundamental o apoio de todos para consolidar mais uma etapa no desenvolvimento de políticas públicas ajustadas às necessidades de um tempo cada vez mais mutante e complexo, atendendo pressões do comércio para transformar práticas produtivas em mais sustentáveis.

* Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Apoio das instituições financeiras

O Grupo de Trabalho Pecuária Sustentável representa um fórum único, que permite o setor financeiro dialogar com todos os *stakeholders* de uma das maiores cadeias de produção do País: a de carne bovina. O modelo de atuação do GTPS, envolvendo todos os atores, permite que os bancos ajudem a construir uma solução em conjunto para o desafio da sustentabilidade nesta indústria, pois temos clientes na cadeia inteira.

Como bancos de liderança neste processo, o IFC, Rabobank e Santander têm desempenhado um papel-chave nas discussões desde as primeiras reuniões informais em 2007, que, depois, levaram à criação formal da entidade em 2009.

Fazemos parte do Conselho Diretor do GTPS, ao lado de entidades representando pecuaristas, frigoríficos, o comércio varejista, fabricantes de insumos e ONGs, e convidamos os outros bancos para se juntarem a esta iniciativa como membros plenos.

A luta para se manter sustentável

Setor produtivo*

Há alguns anos, o Brasil passa por transformações tanto econômicas, quanto sociais, ao mesmo tempo em que se torna foco do mundo com relação à conservação do meio ambiente, como premissa para continuidade da vida no planeta. As mudanças no âmbito social e na economia são positivas, de um modo geral, com aumento da renda familiar, ascensão da classe trabalhadora e redução do desemprego. Seria um retrocesso, depois de muito tempo de luta por essas conquistas, negar à sociedade os direitos antes pertencentes somente aos ocupantes das classes A e B.

Os direitos conquistados passam pelo acesso à saúde, ao transporte de qualidade, até mesmo à alimentação balanceada e satisfatória. Isso, inevitavelmente, remete ao aumento no consumo de proteína vermelha. A migração no consumo das famílias brasileiras da carne de aves para a carne bovina é natural quando há aumento de renda. Diante desse consequente crescimento de demanda no mercado, há necessidade de incremento na produção.

Além da realidade brasileira, é preciso considerar também o cenário internacional, como o aumento da população mundial e do poder aquisitivo nos países asiáticos, outros importantes fatores que causam crescimento da demanda mundial da carne.

Porém, juntamente com crescimento da produção, é preciso haver redução dos impactos ambientais, conservação das áreas de preservação e até recuperação do que foi erroneamente desmatado. Esse pré-requisito, antes visto como empecilho para a pecuária, agora, passa a ser fator primordial na hora de produzir. Ampliar produtividade e reduzir danos ao meio ambiente é comprovadamente possível, desde que adotadas as tecnologias existentes.

No estado do Mato Grosso, por exemplo, houve uma redução na área de pastagem de 25,7 milhões de hectares para 24,9 milhões de hectares nos últimos quatro anos, ao mesmo tempo em que o rebanho aumentou de 25 milhões para 29 milhões. Ou seja, houve redução de 3% na área de pastagem e aumento de 13% no número de animais, consequência da melhor produtividade, que passou de 1 para 1,17 cabeça por hectare.

Atender a demanda de carne e as exigências ambientais depende do investimento em tecnologias, como melhoramento genético, recuperação de pastagens, suplementação alimentar, confinamento, integração lavoura-pecuária e profissionalização da gestão da propriedade. Porém, para adquirir tais tecnologias, os pecuaristas precisam de incentivos por parte do Governo, com linhas de financiamento acessíveis e compatíveis com a realidade da atividade, qualificação dos proprietários e capacitação da mão de obra.

Esse apoio ainda não chegou ao lado de dentro das porteiras e há cada vez mais cobranças por parte da sociedade e dos mercados para que a produção seja de qualidade e sustentável. Essa realidade tem levado os pecuaristas a lutarem, diariamente, para se manter na atividade, com a redução de rentabilidade em prol da produção de proteína vermelha. Uma decisão que pode não ser permanente caso não haja contrapartidas para manutenção da pecuária.

* Associação Brasileira da Pecuária Orgânica (ABPO), Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL) e Associação dos Criadores de Mato Grosso (ACRIMAT)

Responsabilidade sobre um futuro sustentável

Ramiro de La Cruz*

O desafio global da sustentabilidade é uma realidade que está sendo progressivamente incorporada às estratégias do setor privado. A assimilação desse conceito permite parcerias entre a indústria, o Governo e sociedade civil. Isso cria um ambiente de incentivo ao uso consciente de recursos naturais, prática da economia de baixo carbono e de ações socialmente inclusivas.

Essas ações podem ser observadas em programas realizados por empresas engajadas com o compromisso de tornar a produção agropecuária uma atividade que cumpra seu papel produtivo e econômico de uma forma social e ambientalmente correta.

Ações de conscientização são mais frequentes, de modo a levar o conhecimento necessário ao campo e permitir a renovação de prática pelos produtores, com o uso correto das tecnologias e soluções desenvolvidas pelas companhias de insumos.

A recuperação de áreas degradadas é uma realidade cada vez mais presente no Brasil. A transformação é visível em diversas regiões do País e incentiva as partes interessadas a continuar na pesquisa e desenvolvimento do trabalhado árduo em busca do equilíbrio ambiental na pecuária.

Outro desafio é o destino dos resíduos gerados por produtos. Consciente de sua responsabilidade ambiental, algumas companhias já adotam embalagens sustentáveis e realizam ações de coletas, minimizando os impactos ambientais.

Certamente, a responsabilidade do que virá no futuro não é exclusiva da indústria, do Governo ou até mesmo da sociedade, porém é imprescindível que cada um tenha consciência de sua parcela. Dessa forma, com a participação de múltiplas partes interessadas, será possível alcançar o desenvolvimento econômico e produtivo, aliado à responsabilidade socioambiental e a um futuro com mais qualidade de vida e melhores condições para todos.

* Presidente da Dow AgroSciences Brasil

A Visão da Indústria

Fernando Sampaio*

A indústria frigorífica tem uma visão bastante simples de sua atividade e seus objetivos.

Em primeiro lugar, busca o lucro. Voltando a Adam Smith, "não é à bondade do açougueiro que devemos nosso bife, mas ao seu empenho em ganhar dinheiro vendendo carne." Segundo levantamento realizado pela FEA/USP, o sistema agroindustrial da carne bovina movimentou cerca de US$ 168 bilhões em 2010. Ganham não só a indústria da carne, mas os pecuaristas, os trabalhadores, os fornecedores de insumos, os supermercados e açougues, os segmentos industriais que se abastecem de subprodutos do boi.

Obviamente, em uma sociedade de informação, a busca do lucro é cada vez mais pressionada a ser feita de forma socialmente justa e ecologicamente correta. De um lado, os consumidores têm o direito de saber como são produzidos os bens que consomem; de outro lado, os bancos, investidores e acionistas possuem igualmente o direito de saber o que o dinheiro que eles colocam em determinada atividade financia.

As grandes indústrias brasileiras, especialmente as de capital aberto, que buscam investimento, junto àquelas inseridas no mercado internacional, entenderam essa dinâmica e se empenham no esforço extraordinário da organização, controle e monitoramento de seus processos.

Em segundo lugar, a iniciativa privada, para obter seu lucro de forma responsável, precisa de um ambiente de negócios com regras claras, factíveis e válidas para todos, o que está longe de ser adequado no Brasil.

Embora a indústria seja vista por diversos segmentos da sociedade como um instrumento a ser utilizado para se conseguir uma regularização fundiária, ambiental e trabalhista no campo, a falta deste ambiente de negócios causa distorções e penaliza justamente quem está tentando adequar-se ao mercado.

Não temos regras claras quando: 1) o Código Florestal, por exemplo, nasce a fórceps, com detalhes que ainda precisam ser esclarecidos aos produtores; 2) a indústria é obrigada a exigir um cadastro ambiental rural, mas o governo federal dá prazos maiores para que isso aconteça; 3) dizem que as indústrias não podem comprar animais em terras indígenas, enquanto povos indígenas produzem e comercializam gado.

Temos exemplos de propriedades rurais "griladas" por unidades de conservação demarcadas à revelia de matrículas legais de terra preexistentes, bem como de produtores com protocolos de licença ambiental, reservas e APPs averbadas.

Hoje, cerca de metade do abate nacional não está sob as normas sanitárias da inspeção federal. Esse é um problema gigantesco, com imensos riscos à saúde pública e rombo na arrecadação fiscal de estados e municípios. Estariam estes abates cumprindo critérios socioambientais na originação de sua matéria-prima? Estariam preocupados com a saúde e segurança de seus trabalhadores, ou dos trabalhadores de seus fornecedores?

A pecuária ocupou a Amazônia, depois de décadas de incentivos de sucessivos governos brasileiros para que o território nacional fosse ocupado. A indústria foi atrás de sua matéria-prima e de seu lucro, mas não pode ser culpada pela desorganização com a qual a ocupação do território se deu. Deve e está cumprindo seu papel de controlar seus processos, mas seu alcance é limitado.

A nossa visão é de que a pecuária deve se estabelecer na fronteira agrícola, em áreas com ocupação consolidada, em *clusters* em torno das indústrias e da infraestrutura aí estabelecidas.

Dentro destes *clusters*, podemos identificar onde estão seus fornecedores, quais são as áreas de maior e menor risco. Teríamos não só "municípios verdes" expandidos para a indústria trabalhar sem riscos e sem ameaças. O poder público saberia onde devem ser focados esforços de regularização e de fomento (crédito e assistência técnica) para a pecuária.

No Grupo de Trabalho Pecuária Sustentável, a iniciativa privada pode encontrar o poder público para que isso aconteça. Os produtores em situação regular podem ser ajudados a melhorar sua eficiência econômica. Para os produtores em situação irregular, devemos apontar uma porta de saída para a sua regularização e não exclusão da cadeia formal.

Quanto aos municípios onde a dinâmica do desmatamento acontece, é preciso que existam políticas públicas para fomentar uma economia que mantenha a floresta em pé e sustente estes municípios. O extrativismo, o manejo racional de florestas públicas, a aquicultura e outras atividades a ser exercidas passam por um calvário de burocracia, que afugenta o investidor privado com alguma noção de risco.

A indústria assumiu plenamente suas responsabilidades e está em constante diálogo com o poder público, com produtores e com a sociedade civil para melhorar cada vez mais seus processos.

O monitoramento de matéria-prima da indústria da carne na Amazônia é a maior iniciativa do gênero no mundo. O Programa Municípios Verdes, no Pará, pela primeira vez conseguiu que os municípios tivessem a gestão do seu território rural. Existem iniciativas entre a indústria, a CNA e o Ministério da Agricultura para modernizar a rastreabilidade animal no País. A indústria participa ativamente do GTPS. Entre as iniciativas a serem levadas adiante, salientamos a varredura e modernização do sistema cartorário brasileiro, bem como o fomento a uma economia florestal na Amazônia. ■

* Diretor executivo da ABIEC